



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

Estado do Paraná

PROMOÇÃO POR COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (Decreto nº 306/2016)

TÉCNICO DE GESTÃO PÚBLICA FUNÇÃO PLEITEADA: TGPB01 – Assistência Técnica de Gestão

INSTRUÇÕES AO SERVIDOR (TESTE OBJETIVO)

- 1º Assim que receber o gabarito (com cuidado para não o rasgar) confira seus dados impressos e assine no local apropriado. Havendo dúvidas, solicite orientação ao fiscal de sala.
- 2º Verifique que o caderno de testes que você recebeu está de acordo com a função a que pretende concorrer.
- 3º Responda todas as questões primeiramente no caderno de testes (existe apenas uma alternativa correta) e, depois, com calma, transcreva ao gabarito (reserve dez minutos para isso). Não haverá substituição de gabarito e as questões que apresentarem rasuras, não estiverem assinaladas ou com mais de uma alternativa assinalada serão consideradas nulas.
- 4º O tempo mínimo de permanência do servidor em sala será de 30 minutos e a duração do teste objetivo não excederá a 03 horas.
- 5º Ao terminar de responder as questões no gabarito: permaneça sentado; chame o fiscal de sala e aguarde, ele vai conferir seus dados e sua assinatura e, estando tudo correto, ele recolherá seu gabarito e autorizará sua saída do recinto, sem o caderno de prova.
- 6º Após a saída da sala, não será permitida sua permanência nos corredores ou pátio ou o acesso a outras salas ou aos banheiros.

Solicitamos sua compreensão e colaboração.

BOA PROVA!!!

Servidor:	
Matrícula	Função Pleiteada:

1-	2-	3-	4-	5-	6-	7-
8-	9-	10-	11-	12-	13-	14-
15-	16-	17-	18-	19-	20-	21-
22-	23-	24-	25-			

1) Sobre a estabilidade, nos termos da Lei Municipal 4.928/1992, escolha a alternativa correta:

- a) O servidor estável somente poderá perder o cargo em razão de decisão judicial transitada em julgada;
- b) O servidor estável poderá perder o cargo mediante processo administrativo, ainda que não observada a ampla defesa, quando se tratar de falta grave;
- c) O servidor estável poderá perder o cargo em razão de desempenho insuficiente, mediante avaliação periódica, assegurada a ampla defesa;
- d) A estabilidade é adquirida após dois anos de efetivo exercício, independentemente do resultado das avaliações realizadas durante o estágio probatório;
- e) A estabilidade é adquirida após dois anos de efetivo exercício, condicionada à sua aprovação nas avaliações realizadas durante o estágio probatório.

2) Sobre as licenças previstas na Lei Municipal 4.928/1992, escolha a alternativa correta:

- a) A licença para tratar de interesses particulares poderá ser concedida pelo prazo máximo de um ano, sendo sem remuneração a partir do segundo mês;
- b) A licença por motivo de doença em pessoa da família será concedida com remuneração integral, em qualquer hipótese;
- c) O servidor poderá exercer atividade remunerada na hipótese de licença para acompanhamento de cônjuge ou companheiro;
- d) A licença concedida dentro de 90 dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação;
- e) À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança de até 10 anos de idade completos serão concedidos 180 dias de licença remunerada, para assistência da criança.

3) Nos termos da Lei Municipal 4.928/1992, escolha a alternativa correta sobre as férias:

- a) As férias podem ser interrompidas em caso de acúmulo de serviço causado, desde que por ato motivado da chefia;
- b) O período aquisitivo será de doze meses de efetivo exercício, desde que contínuos;
- c) É permitida a acumulação de férias de no máximo três períodos;
- d) É permitido levar em conta de férias as faltas voluntárias ao serviço, até quinze dias, por período aquisitivo;
- e) Em caso de aposentadoria ou exoneração, o servidor terá direito à remuneração correspondente ao período adquirido, mas não à relativa ao período incompleto.

4) Nos termos do art. 37 e incisos da Constituição Federal, escolha a alternativa correta:

- a) É permitida a acumulação remunerada de cargos públicos, desde que haja compatibilidade de horários, para qualquer cargo;
- b) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;
- c) O prazo de validade do concurso público será de até 1 ano, prorrogável uma vez, por igual período;
- d) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, desde que se trate de cargo com maior complexidade, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;
- e) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, privacidade e eficiência.

5) Nos termos da Constituição Federal, escolha a alternativa correta:

- a) Os requisitos para a investidura do cargo não são levados em conta para a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório dos servidores;
- b) Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, mas não do respectivo ente público, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.
- c) A invalidez somente gera direito à aposentadoria com proventos integrais se decorrente de acidente em serviço ou moléstia profissional;
- d) Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão;
- e) É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos, em qualquer hipótese.

6) Nos termos da Constituição Federal, escolha a alternativa correta:

- a) A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, não

sendo exigido tal requisito quando se tratar da mera criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras;

- b) Para o cumprimento do limite com despesas de pessoal, fixado em Lei Complementar, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão reduzir em pelo menos vinte e cinco por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;
- c) Para o cumprimento do limite com despesas de pessoal, fixado em Lei Ordinária, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão reduzir em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;
- d) Para o cumprimento do limite com despesas de pessoal, fixado em Lei Ordinária, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão exonerar servidores não estáveis;
- e) A Constituição prevê a perda de cargo para servidor estável na hipótese de insuficiência de outras medidas de contenção de gastos;

7) Nos termos da Lei Orgânica do Município de Londrina, escolha a alternativa correta:

- a) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável, ainda que sem dolo ou culpa;
- b) Nos cargos em comissão é vedada a nomeação do cônjuge ou parente em linha reta ou colateral até o segundo grau, respectivamente, do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores;
- c) É assegurada a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e os subsídios do Prefeito, do Vice Prefeito e dos Secretários Municipais, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

- d) os vencimentos dos servidores municipais devem ser pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido;
- e) somente por lei ou decreto poderão ser instituídas vantagens pecuniárias aos servidores públicos municipais.

8) Sobre os atos administrativos, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Londrina, escolha a alternativa correta:

- a) Os atos de efeito externo só terão eficácia após a sua assinatura pela autoridade;
- b) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, qualquer que seja o veículo de comunicação, somente poderá ter caráter informativo, educativo ou de orientação social, podendo, contudo, constar nomes, símbolos ou imagens que promovam pessoalmente a autoridade ou servidor público;
- c) Os Poderes Executivo e Legislativo são obrigados a atender às requisições judiciais no prazo fixado pela autoridade judiciária e a fornecer a qualquer cidadão, para defesa de seus direitos e esclarecimentos de situações de seu interesse pessoal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, certidões de atos, contratos e decisões, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição;
- d) A publicação dos atos normativos far-se-á mediante simples afixação do texto no Quadro de Editais do poder expedidor, sendo facultativa sua publicação na imprensa oficial;
- e) A publicação na imprensa oficial poderá ser substituída pela divulgação em jornal de grande circulação local.

9) Nos termos da Lei Municipal 9.337/2004, escolha a alternativa correta:

- a) A gratificação paga ao ocupante de função de confiança será incorporada

caso percebida por prazo superior a 12 meses ininterruptos;

- b) A gratificação paga ao ocupante de função de confiança será incorporada caso percebida por prazo superior a 90 dias, consecutivos ou não, dentro do prazo de 12 meses.
- c) Fica estabelecido o mês de março como data base, para fins de revisão geral anual dos salários e vencimentos dos servidores públicos municipais;
- d) o Adicional de Desempenho de Atividade Exclusiva de Estado e o Adicional por responsabilidade técnica contemplarão somente aqueles que estiverem desempenhando suas atividades próprias nos órgãos da Administração Direta ou Autárquica ou Fundacional do Poder Executivo do Município;
- e) A nomeação para cargos de provimento efetivo sem observância dos requisitos legais é anulável, acarretando responsabilidade a quem lhe der causa.

10) Nos termos da Lei Municipal 9.337/2004, escolha a alternativa correta:

- a) A lei prevê a possibilidade de jornada de trabalho flexível mediante controle de assiduidade ou formulário de controle de frequência;
- b) Os cargos efetivos e os cargos em comissão deverão ser providos mediante concurso público;
- c) Os cargos efetivos poderão ser providos por livre escolha do chefe do poder executivo;
- d) Os cargos em comissão serão preenchidos exclusivamente por meio de concurso público;
- e) Os cargos em comissão serão preenchidos livremente por escolha dos titulares da pasta a que estejam subordinados, após aprovação do chefe do poder executivo.

11) Sobre as promoções, nos termos da Lei Municipal 9.337/2004, escolha a alternativa correta:

- a) As promoções ocorrerão periodicamente entre os ocupantes de cargos efetivos e em comissão que tiverem cumprido os requisitos e condições especificados para a carreira, ficando a participação no processo de promoção condicionada ao preenchimento dos requisitos básicos;
- b) A promoção durante o estágio probatório somente poderá ocorrer no último período de avaliação;
- c) Somente poderá participar do processo de promoção o servidor que estiver no mínimo dois anos, em pleno exercício das funções respectivas do cargo;
- d) Não poderá participar do processo de promoção o servidor que tiver apresentado mais que duas faltas injustificadas ao serviço nos últimos três anos; e,
- e) Somente poderá participar do processo de promoção do servidor que tiver sido suspenso disciplinarmente por prazo inferior a 5 dias, nos últimos três anos.

12) Sobre licitações, é correto afirmar que:

- a) A licitação será sigilosa, salvo quanto ao conteúdo das propostas.
- b) Nos processos de licitação, em hipótese alguma, será dada preferência a determinados produtos e serviços em detrimento de outros.
- c) A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
- d) O procedimento licitatório previsto na lei geral de licitações caracteriza ato administrativo informal, seja ele

praticado em qualquer esfera da Administração Pública.

- e) Os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, inclusive nas concorrências de âmbito internacional.

13) A licitação é dispensável nas seguintes situações, exceto:

- a) Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- b) Quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.
- c) Na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.
- d) Para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
- e) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

14) Sobre o pregão, pode-se afirmar que:

- a) É um tipo de licitação na qual a Administração Pública escolhe pela melhor técnica.
- b) Só pode ser realizado presencialmente.
- c) Pode ser utilizado para aquisição de bens e serviços ditos complexos.

- d) Há inversão das fases de habilitação e análise das propostas.
- e) Não pode ser utilizado para realização de compras e contratações pelo sistema de registro de preços.

15) No pregão, é vedada a exigência de:

- I. Garantia de proposta;
- II. Aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame; e
- III. Pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.

Estão corretas as proposições:

- a) Somente I.
- b) Somente II.
- c) Somente III.
- d) Somente I e III.
- e) I, II e III.

16) O pregão pode ser realizado de forma eletrônica, conforme dispõe a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. No âmbito federal, regulamentou-se a utilização deste instrumento por meio do Decreto nº 5.450/2005. Acerca do procedimento do pregão eletrônico, escolha a alternativa errada:

- a) A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação em hipótese alguma poderá ceder o uso do seu sistema eletrônico a órgão ou entidade dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- b) O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

- c) Consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

- d) Para o julgamento das propostas, serão fixados critérios objetivos que permitam aferir o menor preço, devendo ser considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital.
- e) O sistema de pregão na forma eletrônica será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam condições de segurança em todas as etapas do certame.

17) Ainda sobre o regulamento do pregão na forma eletrônica, assinale a alternativa correta:

- a) Se aplica às contratações de obras de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral.
- b) Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica.
- c) O pregão deve ser utilizado na forma eletrônica, sem exceção.
- d) Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e sem necessidade de tradução.
- e) É permitida a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

18) Acerca do regramento constitucional das finanças públicas:

- a) Lei ordinária irá regulamentar as finanças públicas e a dívida pública externa e interna, incluída a das

autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público.

- b) É permitido ao banco central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.
- c) É vedado ao banco central comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.
- d) As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no banco central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.
- e) A competência da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para emitir moeda será exercida pelo banco central e instituições financeiras oficiais.

19) Segundo a Constituição da República:

- I. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- II. O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- III. Cabe à lei complementar estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.
- IV. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei, salvo se houver justificativa da autoridade competente, na forma que a lei excepciona.

Assinale a alternativa que contenha somente proposições corretas:

- a) I.
- b) I, II, e III.
- c) I e IV.
- d) II e IV.
- e) I, III e IV.

20) Sobre as leis orçamentárias, é correto afirmar:

- a) O projeto de lei orçamentária anual será elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas da Lei Complementar nº 101/2000.
- b) A lei de diretrizes orçamentárias conterá as medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.
- c) Não integrarão as despesas da União as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais.
- d) Ao plano plurianual conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
- e) É permitido consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

21) Sobre receita pública assinale a opção incorreta:

- a) Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
- b) Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
- c) O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

- d) A renúncia de receita compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.
- e) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita não precisa necessariamente estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro.

22) A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

- a) Projeto de lei, de iniciativa do Poder Legislativo, autorizativo da realização da despesa.
- b) Estimativa do impacto orçamentário-financeiro somente do exercício em que deva entrar em vigor, quando necessário.
- c) Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- d) Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual, sendo dispensável a compatibilidade com o plano plurianual e lei de diretrizes orçamentárias.
- e) Minuta de decreto do executivo que autorize o aumento da despesa.

23) A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 como lei complementar. Tal diploma estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados,

dos Municípios e do Distrito Federal.

Sobre as disposições gerais da lei de orçamento, podemos afirmar:

- a) A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, salvo as de operações de crédito autorizadas em lei.
- b) A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.
- c) A Lei de Orçamento, em hipótese alguma, conterá autorização ao Executivo para abrir créditos suplementares.
- d) A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para realizar, somente no mês de dezembro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.
- e) A Lei de Orçamentos compreenderá as receitas de operações de crédito por antecipação da receita, das emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias.

24) Sobre a elaboração da lei de orçamento, é incorreto afirmar:

- a) Serão admitidas emendas ao projeto de lei de orçamento que visem conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes.
- b) Somente serão admitidas emendas que visem conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.
- c) Se não receber a proposta orçamentária no prazo fixado nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios, o Poder Legislativo considerará como proposta a Lei de Orçamento vigente.
- d) Não se admitirão emendas ao projeto de Lei de Orçamento que visem a alterar a dotação solicitada para

despesa de custeio, ainda quando provada, nesse ponto a inexatidão da proposta.

- e) O projeto de lei de orçamento poderá ser emendado para conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado.

25) Sobre a classificação dos créditos adicionais, considere as seguintes proposições:

- I. São suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária.
- II. São especiais, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- III. São extraordinários, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente I está correta.
- b) Somente I e II estão corretas.
- c) Somente I e III estão corretas.
- d) Somente II e III estão corretas.
- e) Todas estão corretas.